



# SINOPSE DOU SEÇÃO 1



---

## Atos do Poder Legislativo

Lei **Nº 13.842, de 17 de junho de 2019**, que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica)”, com vetos (**vide Mensagem nº 250, de 17 de junho de 2019**).

Origem: PLV 12/2019 (MPV 863/2018) – Foco: Pré-requisito para obtenção de concessão para serviços aéreos públicos.

---

## Ministério do Desenvolvimento Regional

Gabinete do Ministro

Instrução Normativa

**Nº 23, de 13 de junho de 2019**, que “Altera a Instrução Normativa n. 40, de 28 de dezembro de 2018, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2019.

Superintendência do  
Desenvolvimento do  
Nordeste/ Conselho  
Deliberativo

Resolução

**Nº 130, de 24 de maio de 2018**, que “Aprova a Proposição dos Governadores dos Estados da área de atuação da SUDENE, apresentada na plenária da 25ª reunião do CONDEL realizada em 24 de maio de 2019, na cidade de Recife-PE, para aplicação pelos Governos dos Estados, de até 30% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) em obras de infraestrutura”.

---

## Ministério da Economia

Gabinete do Ministro

Retificação

**S/Nº**, na Portaria nº 263, de 3 de maio de 2019(\*), que “Delega ao Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia a competência para a prática dos atos que menciona” (Delegando competência para aprovar os orçamentos gerais dos Senai, Sescop e Sebrae, dentre outros).

(\*) Publicada no DOU de 5 de junho de 2019, Seção 1, página 18, na cláusula de revogação.

---



---

**Ministério de Minas e  
Energia**

Gabinete do Ministro

Portaria **Nº 252, de 17 de junho de 2018**, dispondo que as Sociedades de Propósito Específico - SPE, as concessionárias, as permissionárias, as arrendatárias e as autorizadas, constituídas sob a forma de sociedade por ações, poderão requerer ao Ministério de Minas e Energia a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, considerados prioritários, para efeito de disposto em lei.

Secretaria de Planejamento  
Estratégico

Resolução Normativa **Nº 846, de 11 de junho de 2019**, que “Aprova procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e dispõe sobre diretrizes gerais da fiscalização da Agência”.

---